

**Acta nº.07**

Aos **trinta** dias do mês de Junho, do ano de dois mil e seis, pelas 09h00, teve lugar, no Auditório da Biblioteca Municipal, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, de cuja convocatória, datada de três do mesmo mês, constavam da Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:

**I – Período de “antes da ordem do dia”.**

**II – Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos:**

- 1º. Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara Municipal.**
- 2º. Plano de Pormenor da Área Central de Valença – Medidas Preventivas.**
- 3º. Lançamento de Derrama para Financiamento de Investimentos.**
- 4º. Contracção dum Empréstimo de 798.500,00€.**

**III - Período de intervenção do público.**



**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O **Presidente da Mesa, Jorge Gama**, deu início aos trabalhos, fazendo a saudação protocolar e manifestando o desejo de que as instalações, agora utilizadas pela primeira vez pela Assembleia, contribuam para o bom andamento dos trabalhos. Seguidamente, informou que o vice-presidente da Câmara, senhor Manuel Domingues, já regressou de Inglaterra onde se encontrava em tratamento. Em nome de todos desejou-lhe um pronto restabelecimento e a sua rápida reincorporação aos trabalhos.

Felicitou, de seguida, em nome pessoal e institucional, a colega, hoje ausente, Lígia Pereira, pela sua recente eleição para a presidência da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do concelho.

Deixou ainda uma nota relativamente ao vasto conjunto de manifestações, de todos os géneros, que vão acontecendo no nosso concelho e nas quais a Assembleia Municipal se faz sempre representar. Sem desprimor para as demais, informa que recentemente ocorreu mais um festival internacional de folclore em Cerdal, organizado pelos Camponeses Minhotos e também a festa que reúne a Liga dos Amigos do Concelho de Valença, que este ano celebrou o seu 24º Aniversário.

Por último, referiu o facto de ter estado, há dias, com o Presidente da Câmara numa inauguração imaterial da certificação da qualidade de uma empresa de Valença, mais concretamente a *MetaloValença*. Relevou o facto, uma vez que se trata de dar um salto qualitativo absolutamente indispensável para a competitividade das empresas em mercado cada vez mais exigente.

Seguidamente, a **2ª Secretária, Margarida Rodrigues**, (a 1ª Secretária não havia ainda chegado, pelo que o presidente da Mesa havia convidado a deputada **Conceição Pereira** para substituir) fez a leitura do resumo da correspondência recebida e expedida, informando também que toda a documentação se encontra à disposição dos senhores deputados, hoje na Mesa e sempre no secretariado de apoio, na Casa das Varandas.

Logo após, procedeu-se à discussão da **Acta nº.6**, registando-se as intervenções dos deputados **Inês Ferreira, Elisabete Viana, João Amorim Dias, Manuel Lopes e José Nogueira**, e as deficiências por todos eles apontadas, porque óbvias, foram prontamente corrigidas pela Mesa.

Seguiu-se a votação que, num universo de 34 votantes, registou 4 abstenções (José Nogueira, Luís Amorim, José Esteves e Vitor Rodrigues, por não terem estado presentes na respectiva sessão). **Aprovada por maioria.**



### **1º Proposta de Recomendação**

*A introdução de Organismos Geneticamente Manipulados no Mercado Europeu decorre da orientação mercantilista da tristemente famosa Política Agrícola Comum, que se caracteriza mais por promover uma pretensa competitividade do mercado agrícola Europeu em relação ao mercado Americano do que, propriamente, com o desenvolvimento dos pequenos e médios lavradores, dos consumidores finais ou da preservação dos recursos alimentares das Nações. Basta pensar no motivo real pelo qual o Sector Agrícola foi incluído nos tratados da Organização Mundial do Comércio. João Vieira, dirigente da Confederação Nacional da Agricultura afirmou, por ocasião da X Convenção do Partido Ecologista “Os Verdes”, que a CNA não questiona os efeitos dos transgénicos na saúde humana, deixando esse assunto para os especialistas na matéria. O que questiona e reprova é a inevitabilidade de os agricultores virem a perder a facilidade de reproduzir as suas próprias sementes, um legado imemorial da raça humana. A razão é simples de entender: a concretizar-se esta medida, o continente Europeu será, literalmente, invadido, por castas de cereais, geneticamente estéreis, mas que se propagam (pela polinização) às sementeiras tradicionais esterilizando-as também. Ficariam assim as sementeiras no exclusivo das multinacionais da manipulação genética e da distribuição alimentar – daí a inclusão do sector agrícola na Organização Mundial do Comércio – já que o lavrador seria sempre obrigado a comprar as sementes, e o país sujeito às contingências próprias das regras de importação das mesmas, nomeadamente ao nível de um esforço financeiro acrescido.*

*Conscientes de que, a concretizar-se esta medida, a já depauperada agricultura Portuguesa, a estrutura económico-financeira do país, e, neste caso, porque envolve a cultura do milho, os interesses Minhotos seriam irremediavelmente lesados, a CDU Valença apresenta para votação a seguinte Proposta de Recomendação:*

*Considerando que:*

- 1. A Comissão Europeia autorizou a introdução de 17 novas variedades de milho geneticamente modificado visando a sua produção e comercialização, abdicando da aplicação do princípio da prevenção com o levantamento da moratória europeia sobre OGM's (Organismos Geneticamente Modificados).*
- 2. O Comissário responsável pela Protecção da Saúde e dos consumidores, Sr. David Byrne, se congratulou, por no seu entendimento, ter alcançado o quer os Consumidores Europeus reivindicam, ou seja, a informação necessária para poder optar, conscientemente, por adquirir ou não produtos geneticamente modificados.*
- 3. O Princípio da precaução continua a ser a posição assumida pelos Europeus que sempre foram e são intransigentes, quanto aos OGM's, sendo que num inquérito feito aos consumidores (na Europa a 5), 70% afirmaram não querer consumir OGM's.*
- 4. Por toda a Europa, Organizações de Produtores e Consumidores apelam à designação de Zona Livre de OGM's, tendo sido, em, Portugal, o Algarve o primeiro Distrito a manifestar a sua intenção em manter-se livre, tendo o Município de Ponte da Barca seguido o exemplo pouco tempo depois.*

*A Coligação Democrática Unitária, presente na Assembleia Municipal de Valença, reunida em Sessão ordinária no Auditório da Biblioteca Municipal, no dia 30 de Junho de 2006.*

- 1. Manifesta o seu profundo desagrado pela autorização à introdução no mercado de alimentos de ingredientes alimentares derivados de milho geneticamente modificado.*
- 2. Recomenda à Câmara Municipal de Valença que realize as devidas diligências para aferir da possibilidade de declarar o nosso Município Livre de OGM's, evitando, em parceria com Associações de Agricultores, a introdução de culturas transgénicas no Concelho de Valença.*

*Valença, 30 de Junho de 2006.*  
*O Membro Eleito da CDU*  
*Armando Manuel Teixeira de Carvalho*

O **Presidente da Câmara** intervém para dizer que esta matéria deve ser alvo de reflexão. Reconhece que foi apanhado de surpresa e que, só depois de ouvir os agricultores e de se informar melhor sobre o assunto é que poderá dar uma resposta.

O **Presidente da Mesa** também considera que seria necessário um tempo para se reflectir sobre esta matéria e, por hipótese na próxima sessão seria melhor abordada.

Procedeu-se a votação que, num universo de 35 votantes, registaram-se 19 abstenções ( Alberto Reis, Rui Marrucho, Salustiano Faria, Alberto Vilas, João Amorim Dias, Raul Lopes, José Veríssimo, Maria do Carmo, Luís Amorim, Dora Ferreira, António Fernandes, Alfredo Magalhães, Vitor Rodrigues, Mário Andrez, Manuel Lopes, Elisabete Viana, Jorge Gama, Conceição Pereira e Margarida Rodrigues) e 16 votos a favor. **Aprovado por maioria.**

## **2º Voto de Protesto**

Considerando, entre o mais e designadamente, que o quinzenário “O Valenciano”:

1. Na sua edição de 17 de Maio de 2006 insere na última folha, com chamada na primeira, artigo em que sob o título “um símbolo forte nas mãos da negligência”, a negrito é duplamente evidenciado “sabemos que mercê deste nosso esforço temos contribuído, ao longo dos anos, para que a nossa terra adquira mais dignidade e o comportamento do poder deliberativo e executivo não se torne lascivo e irresponsável, como acontece quando a crítica se apaga pelo medo da represália. Nós felizmente, depois do que temos resistido, não era agora que íamos fraquejar”;
- e
2. Na sua edição de 07 de Junho de 2006 insere na primeira folha em “Destaque” e a fls.13 “Polícia Judiciária investiga a autarquia” / “Serra interrogado”, em que se afirma “Ao que sabemos o presidente da Câmara ... já foi sujeito a rigoroso interrogatório da PJ ...” e “No entanto o facto de não se terem tomado outras atitudes de gestão internas está indignar muitos Valencianos que entendem que José Luís Serra acabou por ceder a poderes partidários, porque deveria ser mais eficaz, visto que a nível dos pelouros e outras dependências hierárquicas não fez qualquer mexida, conforme a lei exige e o senso comum sugere. É que ‘á mulher de César não basta ser séria também tem que parece-lo’. Está claro que a verificar-se associação ou rede de interesses criminosos na matéria em investigação o presidente da Câmara será responsabilizado, por não ter tomado as medidas de investigação interna e de prevenção a que está obrigado. E se noutras matérias pode escudar-se com o parecer dos técnicos acesores, neste assunto não pode repartir responsabilidades, mesmo que os pareceres sejam de um causídico conceituado...”

Considerando, em consequência, que o transcrito e o contexto em que o são:

3. Põem em causa o prestígio e a prática institucional dos mais altos órgãos e representantes do Município; e,

Considerando, ainda, que,

4. O no segundo texto, subjectiva e objectivamente e pelo menos, é lesivo e ofensivo do bom nome, honra e consideração que são devidas ao Exmo. Snr. Presidente da Câmara Municipal,

Não pondo minimamente em crise os direitos constitucionalmente consagrados quanto à liberdade de expressão, de criação, de informação e de imprensa, a Assembleia Municipal de Valença veementemente repudia toda e qualquer imputação menos digna que possa decorrer ou ser inferida do aludido no referido “artigo” de 17 de Maio, e manifesta-se indignada pelo teor do publicado em 07 de Junho, quanto ao assinalado, louvando-se no estatuto editorial” do dito periódico que a prática, afinal, desmente.

Valença, 30.06.2006

Sobe à tribuna **José Nogueira** que refere “*O Grupo Municipal do Partido Socialista, bem ciente das dificuldades económicas que o país atravessa, tem vindo a desdramatizar a ‘crise*

*nacional’ e, com as suas intervenções, ao lado do executivo, procurou, procura e procurará contribuir para o encontrar de soluções e incutir nos potenciais investidores no nosso concelho a necessária confiança.*

*É que, perdida a “tanga”, restando um “fio dental”, insistir e persistir em “lamber feridas” a nada leva.*

*Os indicadores disponíveis apontam uma estável margem de progressão económica de Valença superior à da média nacional ( e isto apesar da situação geográfica, neste caso, ser-nos claramente desfavorável ).*

*Retira-se, do sobredito, que Valença tem um crescimento sustentado e que as apostas e obra deste e do anterior executivo camarário foram as mais acertadas.*

*Repare-se que até os sectores críticos da comunidade, não obstante ‘arrasarem’ o trabalho realizado, já falam na elevação de Valença a cidade.*

*Tranquilizem-se, todavia.*

*A elevação a cidade será mera consequência e nunca um fim em si mesmo.*

*É e será fruto de trabalho pensado, concretizado e a concretizar e nunca o procurar cumprir, a qualquer custo, dos dois parâmetros ainda em falta.*

*O que não se percebe, o que não se consegue perceber, é o sistemático “bota abaixo” com que o jornal local brinda o Partido Socialista, o Município, e o Governo da República Portuguesa.*

*O Partido Socialista, percute-se uma vez mais, porque – ao contrário de outros e designadamente – preza e assume o na Constituição e nas Leis, considera que todas as pessoas são inocentes até prova em contrário, não viola o segredo de justiça, não faz julgamentos na praça pública e acata as decisões judiciais e das entidades administrativas.*

*Nunca é de mais (re)lembrar, que os eleitos nas listas do Partido Socialista vêm, na medida do possível, procurando implementar uma consistente política dirigida a recuperar dos atrasos estruturais que subsistiam e, infelizmente, ainda subsistem na nossa terra, de uma forma criteriosa e sustentada, visando, com profunda convicção e trabalho, algo de bom aportar e deixar a Valença e aos Valencianos – assim conciliando a dicotomia presente / futuro.*

*É, hoje, indesmentível que se criaram novos e mais estreitos laços entre os eleitores e o ‘poder autárquico’.*

*No que releva, não temos pejo algum em afirmar que os Valencianos se identificam com o seu Presidente da Câmara e com o seu Presidente da Assembleia Municipal.*

*Sabem quem têm e com o que podem contar.*

*Sabem da lisura de meios e processos e conhecem o trabalho desenvolvido em prol do progresso, da correcção das assimetrias e do bem-estar.*

*Sabem que dignificam os cargos e as funções que desempenham e que deles não se servem, antes, afincadamente e com denodo, perseguem o ‘bem público’ e, destarte, procuram servir a população.*

*Sabem que não pactuam com o clientelismo, com a corrupção e com a barbárie.*

*Revemo-nos nestes Homens porque personificam e dão rosto a uma correcta forma de estar e fazer política.*

*Política, repito, que não politiquice.*

*Não pactuando com qualquer forma de compadrios, ‘rasgando a direito’, sem se importarem com cores ou bandeiras, com A, B ou C, elevam-se e, elevando-se, elevam o nosso querido concelho e as suas gentes.*

*Do reconhecimento que os seus pares lhes votam já aqui, por diversas vezes, se deu nota.*

*Da estima e consideração em que os Valencianos os têm, falam os resultados das eleições.*

*É que, traçado um rumo de progresso, de harmonia, de prosperidade e dum futuro risonho, não estamos mais sujeitos ao sabor dos ventos.*

*Sabemos o que queremos e para onde vamos – tal como o Governo da República – e por muito que custe a digerir.*

*Duas notas finais:*

*A primeira: “para bem cumprir a sua função consultiva e deliberativa, a Assembleia Municipal deve fazer-se eco de todas as preocupações e anseios dos cidadãos que representa e constituir um amplo espaço de debate da problemática concelhia”. Nem mais, nem menos.*

*Questiono: algum membro desta assembleia, algum membro do executivo actuou de forma lasciva e irresponsável? Quem? Alguém tem conhecimento de qualquer ou quaisquer represálias exercidas por autarcas da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal?*

*A segunda: não se duvide que quem é “interrogado” é, automaticamente, constituído arguido e quem é “ouvido” presta declarações – ou seja, é testemunha, como é do conhecimento comum. Há ou não achincalhamento? Por outro lado ( in casu, pelo mesmo lado ), é merecedora de remoques a actuação conhecida do executivo, dos senhores vereadores e, maxime, do Snr. Presidente no “caso da tesouraria das piscinas”? Queiram pronunciar-se.”*

Segue-se **Santos Silva** que declara que foi apanhado de surpresa e que, a título pessoal, manifesta a sua solidariedade ao senhor Presidente da Câmara, pois entende que o mesmo foi ouvido e não interrogado.

Diz ainda que não se revê, na totalidade, nas palavras de José Nogueira e que por isso se irá abster. Considera ainda que a melhor forma de tratar estes assuntos não é na Assembleia, mas sim através das entidades competentes

Usa da palavra **Armando Carvalho** que diz que, em relação a este assunto, a sua posição é a seguinte:” *Efectivamente, o jornal O Valenciano pauta-se por um jornalismo abaixo do medíocre. Muitas das vezes duvido mesmo se o seu presidente, ou redactor chefe, sabe ou domina a língua portuguesa, porque tais são os níveis de gralhas e erros sintácticos que aparecem... mas de facto tenho pena que o líder do Grupo Municipal do PS tenha aproveitado este infeliz incidente, (não é bem um incidente, porque O Valenciano sabe muito bem o que faz), este episódio, para fazer um bocado de propaganda ao Governo Central e ao executivo do PS. Não está aqui em causa, como pergunta, se algum de nós tem conhecimento se alguma vez alguém do executivo foi incorrecto, porque se me perguntar fora deste contexto, se alguém deste executivo tomou medidas irresponsáveis, eu digo-lhe já que sim, que acho que sim. Por exemplo a entrega das águas, foi uma medida irresponsável! Agora isso não tem nada a ver com a temática do Valenciano. E mais ainda, atenção ao sentido de voto, porque uma coisa é, o senhor Santos Silva (que não podia tomar outra posição), dizer que manifesta a sua solidariedade pessoal com o senhor presidente da Câmara, outra coisa é o perigo das posições se confundirem com uma certa censura ao poder local.”*

Segue-se **Manuel Lopes** que diz não ter qualquer dúvida relativamente à “*seriedade do senhor Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra*”. Diz ainda que o mesmo não precisa que o defendam pois é “*suficientemente esperto para se defender*”.

Refere que o PS, em seu entender, “*acordou tarde*” pois “*, quando as longas páginas do jornal O Valenciano, escritas pelo falecido Dr. Matos Lima, criticavam acerrimamente o ex presidente da câmara, Dr. Mário Pedra, o PS nunca se pronunciou*”. Diz que isso demonstra que o PS “*não é um partido isento*”. “*Se na altura o tivesse feito, hoje acataria de bom grado, esta posição*”. Termina dizendo “*Os jornais têm o valor que tem, as notícias têm o valor que têm, cada um de nós come e bebe aquilo que quer, eu se não gostar não como nem bebo.*”

Usa da palavra o **Presidente da Câmara** que refere que, a título pessoal já tirou várias conclusões e que este tipo de fazer jornalismo e de fazer política o enoja.

Intervém o **Presidente da Mesa** dizendo que este voto está subscrito pelo PS e também pela Mesa. É um voto de solidariedade ao Presidente da Câmara e, de acordo com a postura do próprio órgão que integramos, repudia um estilo de jornalismo que devia ser pedagógico, e é totalmente desinformativo..

Seguiu-se a votação que num universo de 35 votantes, registaram-se as abstenções do Grupo Municipal do PSD, do Grupo Municipal Unidos pelas freguesias e do membro eleito pela CDU. **Aprovado por maioria.**

**Período destinado às intervenções políticas e às interpelações ao senhor presidente da Câmara Municipal de Valença.**

Inicia este ponto o membro **Armando Carvalho** que lembra o facto de a CDU ter apresentado, na sessão ordinária de 28 de Abril desta Assembleia Municipal, uma proposta para a criação de um futuro Prémio 25 de Abril. Explica que este seria” *patrocinado pela própria Assembleia segundo os objectivos então propostos, e financeiramente dotado pela rescisão voluntária, pelos respectivos membros, do prémio de presença devido à Sessão Extraordinária das Comemorações daquela efeméride em que todos havíamos participado. Tal proposta não foi sequer aceite para discussão pelo senhor Presidente da Assembleia, que, apesar de reconhecer mérito à ideia, argumentou com o facto de, por se tratar de uma compensação monetária o todo não poderia decidir pela parte, considerando, assim, que o assunto deveria ser falado noutra sede, porventura em Comissão Permanente, com a presença da CDU e o representante dos Presidentes de Junta.*

*Na reunião da Comissão Permanente de 19 de Junho, constatei que não estava presente o representante dos Presidentes de Junta – desconheço até se foi convocado para o efeito – e, como tal, interpelei o senhor Presidente da Assembleia sobre o assunto, argumentando frontalmente que achava que tinha exagerado os seus poderes porquanto, impedindo sumariamente a discussão da proposta, impediu também qualquer possibilidade ao proponente de a esmiuçar, nomeadamente em relação ao desejo de pleno consenso que, pela própria natureza da intenção, nela estava implícito. Ultrapassada que fosse essa fase, todo o restante articulado se ajustaria aos impedimentos legais que legitimaram a não-aceitação da proposta para discussão. Houvesse para tal vontade. Mas, a verdade é que não havia essa vontade. As declarações que se seguiram bem o demonstraram, com recortes de mesquinhez surpreendentes. Desde quem dissesse que “o dinheiro é meu”, quem dissesse que “ainda tinha que pagar IRS sobre o prémio” até à célebre frase do “ ando a perder dinheiro com a Assembleia Municipal”, cedo percebi que afinal o “problema” não era, nem nunca tinha sido, o impedimento legal evocado do todo decidir pela parte quando ali a parte estava a decidir pelo todo. E mais esclarecido fiquei quando foi aventada a hipótese de a ideia se concretizar, sim, se as despesas inerentes fossem consagradas no orçamento, pretensão essa contra a qual protestei, tendo daí resultado que o senhor Presidente fosse instado a que a minha pessoa fosse futuramente advertida a não ultrapassar o estatuto que lhe está reservado, isto é, não ter direito à palavra fora do que está consagrado no Direito da Oposição preceituado pela Constituição da República: “ser ouvido na constituição da ordem de trabalhos”. Á pergunta da senhora secretária sobre se as declarações proferidas transitavam para a acta da reunião, o senhor Presidente disse, como habitualmente, que essa prerrogativa não constava do meu estatuto.*

*Posto isto, e porque as atitudes fiquem com quem as toma, entendemos não dever reformular a proposta, primeiro porque a tal não fomos convidados, mas sobre tudo porque o infeliz incidente ocorrido em sede da Comissão Permanente vem esvaziar completamente de sentido o objectivo que pretendíamos alcançar: dar um sinal – ainda que simbólico – muito claro, de que as pessoas que a sociedade Valenciana elegeu se pautam pela coerência entre aquilo que dizem nas campanhas eleitorais e a sua prática no dia a dia. Que estão solidários com o povo que os elegeu na carga de sacrifícios de alguns são porta-vozes, mais ainda por se tratar, tão-somente, de prescindir de um prémio monetário devido a uma comemoração oficial em dia feriado. Pela minha parte, e tomo esta atitude a título estritamente pessoal, não levantarei o dito prémio, pois recuso-me a ser pago para comemorar o Dia que devolveu a Liberdade ao meu país.”*

Continua a sua intervenção solicitando ao Presidente da Câmara que o informe sobre:

*“- Antena TMN em Gândara – Friestas : Por iniciativa do Partido Ecologista “Os Verdes” ocorreu no dia 2 de Junho uma reunião na Câmara Municipal onde o Senhor Presidente recebeu Celso Ferreira, dirigente Nacional daquele Partido, e eu próprio na qualidade de eleito local da Coligação Democrática Unitária, na sequência da acção de denúncia que levamos a efeito naquela freguesia, em solidariedade com um grupo de moradores que se sente lesado com as eventuais consequências na saúde humana pelas*

*radiações emitidas por aquele equipamento. Trata-se de um assunto que já tinha sido denunciado logo no início do mandato de 2001 pelo meu antecessor Alípio Sousa, quer pelas, já nesse tempo, inúmeras queixas dos moradores, quer pelo facto de aquele equipamento nunca ter sido devidamente licenciado como se impõe por lei. Foi um encontro gerador de várias convergências de opinião, cujo teor deixo para a resposta do Senhor Presidente a quem solicito que informe esta Assembleia sobre que medidas concretas encetou desde então para resolver este problema, seu desenvolvimento, e que calendarização está prevista para a sua conclusão.”*

Intervém **Manuel Lopes** que solicita ao senhor presidente da Assembleia que desminta e corrija aquilo que se passou na Comissão Permanente, que não é textualmente aquilo que o senhor Armando Carvalho aqui reproduziu.

Interpela ainda o Presidente da Câmara, relativamente à questão dos arrumadores dos carros nas Portas do Sol. Constata que diariamente a GNR passa por eles e simplesmente os ignora e, assim, eles continuam a extorquir as moedas às pessoas que ali estacionam os carros.

Pergunta ainda quais são as medidas que estão a ser tomadas relativamente às barracas, que cada vez são em maior número, no bairro do cais e onde são depositados os lixos dos hospitais de Valença, Monção e Melgaço.

Segue-se **Inês Ferreira** que refere que a organização da Feira do Livro deste ano já deve ter avaliado esta actividade e retirado algumas ilações relativamente à adesão dos Valencianos ao programa proposto. Pensa que já se deverá poder responder às questões: quantos livros se venderam, que adesão teve a população Valenciana à feira, quanto se gastou na feira e se o que se gastou corresponde aos objectivos que tinham sido definidos. Continua dizendo que, de facto, é importante sabermos quais são os objectivos que presidem a um evento desta natureza. Supõe que não será só para a divulgação do livro mas também e, naturalmente, para o desenvolvimento de hábitos de leitura, como também para proporcionar à população actividades lúdicas e culturais. Recorda que a Feira do Livro de Valença nasceu por iniciativa da Escola Secundária de Valença. Nessa altura havia o envolvimento total de uma comunidade educativa: os alunos, os professores e os encarregados de educação e a população de Valença que foi “arrastada” nesse projecto. Tal foi o sucesso que essa actividade teve que, aquela que era a semana cultural da escola secundária de Valença, tornou-se, naquela altura, a semana cultural de Valença. Tendo o município assumido a realização desse evento. Nos últimos anos a feira tem como objectivo “, *mostrar obra feita*”, dada a sua localização e recorda: “ *primeiro esteve na Expo, depois foi para o jardim, depois foi para aquela que tinha sido a avenida da estação, (porque tinha sido requalificada aquela zona), veio depois para junto da Biblioteca Municipal (no ano em que foi inaugurado este edifício), e, este ano realizou-se na Coroada, ou seja, depois da requalificação daquele espaço.”*

Continua, defendendo que a localização da feira deveria ser escolhida em função dos objectivos que presidem à mesma. Por outro lado, afirma que as entidades que este ano foram convidadas para animar as noites da Feira do Livro, são, na maioria, desconhecidas para a população de Valença. E pergunta, uma vez mais, pois já colocou esta questão por diversas vezes nesta Assembleia, porque é que não se aposta nas associações culturais subsidiadas pela Câmara.

Intervém de seguida **João Amorim Dias** que diz que os Valencianos de há um tempo a esta parte têm ficado radiantes com as zonas verdes na nossa vila e arredores. No entanto, verifica-se uma situação - as árvores plantadas na avenida dos bombeiros a maior parte estão mortas o que se verifica também na Coroada. Pergunta ao senhor presidente se a empresa responsável por estes serviços tem no contrato celebrado, algumas garantias.

De seguida refere que como Valenciano de bom senso, ao ler o JN de 25/6/2006, ficou radiante com a notícia sobre o Convento de Sanfins e que espera que os políticos desta autarquia tenham o bom senso de aprovar. (**Intervenção incompleta pois não ficou gravado...**)

De seguida **Isabel Andrês** cumprimenta o Presidente da Câmara pelo facto de, prontamente, tal disse na última sessão da Assembleia, ter feito as suas diligências no sentido de

solucionar o problema do Bairro Social em Bogim, nomeadamente no que se refere à repavimentação. Agradece a sua prontidão na solução. No entanto, considera que não será definitiva pois a obra não está em condições, apesar de já se poder transitar no local.

Reflecte ainda sobre o facto das instalações da Acção Social da Câmara não estarem bem localizadas pois, a nível de acessibilidades, é impossível, nomeadamente para pessoas com deficiências, acederem a este edifício.

Usa da palavra **Salustiano Faria** que alega que o membro Manuel Lopes foi muito injusto ao referir que o PS nunca se “levantou para defender” o dr. Mário Pedra. Lembra um “episódio” em Lisboa em que quase se “envolveu à pancada” com quatro informadores de “O Valenciano” para defender o dr. Mário Pedra, apesar de ser de um partido da oposição. Aconselha o senhor Manuel Lopes a não falar sobre aquilo que desconhece.

Intervém **Alfredo Magalhães** que, como representante da Comissão Municipal da Floresta Contra Incêndios, informa que foi apresentada uma candidatura para a limpeza da floresta num perímetro de 100 metros em torno das habitações e essa mesma candidatura foi aprovada. De um total de 308 municípios foram aprovados 38 projectos, de entre os quais está o de Valença. O que significa que Valença receberá um valor de aproximadamente 104 mil euros. Explica que já foi aberto um concurso e esses 104 mil euros vão ser investidos, e que o concelho foi dividido em três grupos: São Julião, Silva, Fontoura, São Pedro, Arão e Cristêlo-Côvo numa área de cerca de 117 hectares; depois um outro grupo de freguesias que é Verdoejo, Sanfins, Gondomil, Boivão, Taião e Friestas que atinge uma área de cerca de 108 hectares aproximadamente e o terceiro grupo, que é Cerdal, Gandra e Ganfei, que é o maior, atinge cerca de 139 hectares. Há ainda um quarto grupo que surgiu posteriormente, que é da Portucel para limpar a parte que lhes toca. Está previsto ainda, e já foi enviada a candidatura, para um projecto de mais 300 hectares aproximadamente, num valor de cerca de 190 mil euros para o ano de 2007. Tudo isto ao abrigo do decreto-lei 156/2004, de 30 de Julho que foi revogado mas que só inicia a 3/7. No que diz respeito aos bombeiros, o grupo de primeira intervenção, o chamado GPI é composto por cinco elementos. O GAP, que é o grupo de apoio pesado, que só entra com 2 elementos - o camião que transporta 9 mil litros de água e a cisterna de 4 mil litros de água, que está equipada com mangueiras e agulhetas para apoio de viaturas, para actuar em casos e sítios onde há dificuldade em encontrar água ( da Câmara Municipal).

Agradece o empenho, dedicação e “*trabalho de casa*” do engenheiro José Eduardo Afonso.

Antes de terminar a sua intervenção refere-se à “*arrumação feita no interior da fortaleza*”. Declara que agora “*já dá gosto entrar e circular pelas ruas, sobretudo na rua Direita.*”

Intervém **José Nogueira** que refere que “*Apenas para falar do que o senhor Carvalho referiu sobre o prémio 25 de Abril. Todas as reuniões da Comissão Permanente têm uma acta, e espero que a partir da próxima reunião ela seja gravada. Assim melhor se verá, como disse o senhor Lopes, quem proferiu as palavras, o que foi proferido e o que foi dito e sobre isto não adianto mais nada.*”

Usa da palavra o **Presidente da Mesa** para dizer: “*Fui aludido pela intervenção do senhor deputado Armando Carvalho sobre o que ocorreu em sede da reunião da Comissão Permanente. Queria recordar ao plenário o seguinte: o senhor Armando Carvalho vai às reuniões da Comissão Permanente por uma gentileza, de que eu fui o agente difusor perante os outros agentes da Comissão Permanente, dizendo-lhe que, pelo facto de não ser líder de nenhum Grupo Municipal e não é, porque a lei não lhe permite, que teríamos muito gosto em que participasse porque nos parece uma sede interessante para algum debate e algumas situações, e dizia isto e mantenho pela experiência acumulada que tenho, ao longo de quase nove anos de exercício de funções. A gentileza não é minha, é de todos os membros da Comissão Municipal relativamente ao nosso colega, senhor Armando Carvalho. Ele diz que se tratou de um infeliz incidente, aquilo que ocorreu na última reunião da Comissão Permanente,*

*estou totalmente de acordo consigo, foi um infeliz incidente, mas o protagonista não foram os membros da Comissão Permanente, pelo menos do meu próprio sentimento pessoal e do sentimento que eu colhi de todos os membros da Comissão Permanente, sem excepção. Não vou entrar aqui em pormenores, mas vou-lhe dizer o seguinte perante o plenário, cumpro a lei, o senhor será sempre ouvido naquilo que a lei me manda ouvi-lo, que é quanto à ordem de trabalhos, fá-lo-ei, nunca mais em sede de Comissão Permanente”.*

Segue-se o **Presidente da Câmara** que começa por registar a “ *postura que este órgão manifestou acerca da questão que foi discutida naquela proposta, cada um com a sua estratégia política e que eu naturalmente aceito e percebo, mas não me ficava bem se não o fizesse.*”

Respondendo às questões que foram levantadas, nomeadamente a questão do senhor **Armando Carvalho** relativamente às antenas, diz que efectivamente essa reunião aconteceu. No entanto, considera que se as antenas de telemóvel realmente interferem e têm consequências em termos de saúde, a comunidade científica terá que, rapidamente, fazer trabalhos técnicos que levem os políticos a legislar. Até lá não se pronuncia pois desconhece se realmente isso é verdade. Ainda sobre este assunto e no que diz respeito ao município, diz que “*as antenas de telemóveis foram-se instalando em todo o país, sem legislação absolutamente nenhuma, foi um pouco a anarquia(...) se a memória não me falha, a legislação que hoje regula em termos de antenas de telecomunicações móveis, é relativamente recente, será do ano de 2002 ou 2003. Quer dizer que todas as antenas que estavam para trás, tiveram um período para, uma vez que já estavam instaladas, (que é o caso destas de Friestas), eventual legalização. Esta, concretamente, foi alvo de licenciamento que decorreu como todas as outras e que teve o parecer negativo da Comissão de Coordenação. A Autarquia indeferiu o processo de licenciamento e comunicou à empresa essa decisão. Entretanto foi-lhe comunicado a retirada do local. Apesar disso, e sabendo que é uma questão bastante delicada, sugeri ao chefe de urbanismo que agendasse uma reunião na qual eu também queria estar presente. Vamos ser intransigentes nessa matéria por uma razão muito simples - na nossa opinião viola questões de âmbito urbanístico, (que é a única questão que nós nos podemos pronunciar sob pena de em tribunal podermos perder a acção). Estas questões têm de ser levadas com muita cautela, como sabem pois se a Câmara tem advogados, estas empresas também os têm. Comunicou-se primeiro a retirada da antena, mas entretanto vai-se realizar a reunião para ver se se encontra um local alternativo, e a lei também o diz, diz que a Câmara tem de sugerir localização alternativa, portanto a reunião será para isso e este é o ponto de situação sobre este processo.*”

Em resposta a **Manuel Lopes**, sobre os arrumadores de carros diz que tal como já referiu inúmeras vezes essa é uma competência da GNR. Lamenta que esta situação se continue a verificar. Informa que lhe foi pedida a “*eventual legalização desta actividade*”, no entanto não concorda e não o irá o permitir.

Sobre o bairro do cais refere que está a decorrer um processo judicial contra construções ilegais, pois para a demolição é necessário a ordem de demolição.

Relativamente à última questão levantada pelo membro **Manuel Lopes** – os lixos dos hospitais - solicita-lhe que, a título pessoal, lhe dê mais informação pois é uma questão que o preocupa e terá de agir de imediato.

Em resposta a **Inês Ferreira** sobre a questão da Feira do Livro, chama a atenção para o facto de, em Valença, ser extremamente difícil elegeer um espaço, um centro para realizar a Feira do Livro ou outro e qualquer evento. Defende a sua posição pessoal, a de que a Feira do Livro não deve ser sempre no mesmo sítio. E explica que este ano se escolheu aquela praça porque é a única praça que Valença tem, (à excepção do Jardim Municipal). Esperava que funcionasse melhor pois a adesão não foi das melhores e conclui que, de facto, aquele não é o melhor espaço para a realização deste tipo de eventos pois os habitantes de Valença olham para a fortaleza como um local de comércio que encerra às 19 ou 20 horas. Os valencianos não têm o hábito de ir à fortaleza à noite. Considera a sugestão de envolver novamente a comunidade escolar muitíssimo interessante pois, apesar de já não se recordar que a Feira começou com a escola Secundária de Valença, seria uma alavanca para as pessoas voltarem a aderir a este evento.

Considera que é importante continuar a realizar este tipo de eventos, não porque tem de ser ou está no calendário, mas sim porque tem sucesso e a envolvimento da comunidade. Registou assim a ideia de, para o ano, envolver também a Escola Secundária. Sobre o balanço deste evento, diz que com certeza o mesmo será feito pelo senhor vereador, no entanto, e uma vez que se avizinha a Expominho o mesmo só será apresentado na próxima assembleia.

Relativamente à questão do membro **João Amorim Dias** sobre as árvores mortas, refere que nos últimos anos foram plantadas centenas de árvores, nomeadamente na Avenida dos bombeiros e na Coroadá. Sobre as que estão mortas, já foi comunicado às empresas e as mesmas terão de as substituir. No entanto, há algumas dificuldades, nomeadamente com as da Avenida dos bombeiros, pois vieram de Itália e a empresa que as vendeu foi à falência.

Sobre a questão do Convento de Sanfins, declara que sempre teve intenção de tentar resolver aquele problema. Todos reconhecem que a situação não se pode manter. Ninguém gosta de ver aquele património naquele estado. Continua dizendo: *“Não é fácil intervir. Em primeiro lugar, colocam-se questões simples, o quê, como e quando? São perguntas muito simples. Neste momento a pergunta mais difícil de responder, é o quê? Já tendo feito lá algumas visitas e através de alguns técnicos que fizeram uma avaliação muito sumária sobre o potencial que tem a Quinta de Sanfins, (e posso-vos dizer que já aprendi alguma coisa sobre aquilo,) tem potencial em determinadas áreas que eu nem imaginava, nomeadamente em botânica. Já encetei através do director do GAT alguns contactos com professores da universidade do Porto e da universidade do Minho. A universidade do Porto mais ligada à questão da botânica e à questão da flora; a Universidade do Minho em relação à arqueologia. Então o objectivo é este, em Outubro, em princípio, (se não for em Outubro em Novembro), realizar-se-á uma sessão em que estes técnicos, (que já fizeram alguma avaliação que permitiu pré definir quatro áreas de intervenção), definam as linhas gerais do programa de intervenção no convento de Sanfins. Durante o ano de 2007 dever-se-á ir para o terreno para fazer avaliações em termos de projectos de execução nestas áreas que são: património, arqueologia, água, agricultura ou botânica. Vamos abrir concursos para execução desses projectos de forma que até ao final de 2007 estejam executados os principais, sendo a componente de turismo muito importante. Não na vertente exclusiva de alojamento (para isso também não precisávamos de fazer nada disto). Há uma ideia base que me parece correcta, da parte de uma dessas pessoas que já cá tem vindo, que é não aproveitar as ruínas, mas sim conservá-las, não fazer daquilo um alojamento, fazer um espaço de arqueologia e de ruína visitável e identificado.”* Continua dizendo que a estratégia para o convento de Sanfins é a de, no final do ano 2007, com os projectos executados, preparar uma candidatura alargada ao próximo quadro comunitário de apoio. Chama a atenção, principalmente aos senhores presidentes de junta, para o facto de no próximo quadro comunitário de apoio, designado por Quadro de Referências Estratégico, o distrito de Viana do Castelo através do seu NUT III, e das duas associações de municípios ter de criar uma estrutura única na NUT para poder contratualizar fundos comunitários.

Em resposta a **Isabel Andrês**, diz ter registado a sua primeira intervenção e que, relativamente à segunda a mesma tem toda a razão. Continua dizendo que, quando se fez obras na CGD - um edifício em que funciona o rés-do-chão e o primeiro andar e que tem cave, pretendia separar essa divisão, mas, entretanto a regra do orçamento limitou os gastos com pessoal. Pretendia e pretende, (talvez no futuro seja possível, até porque pensa que com as novas competências que vem na lei das finanças locais isso terá de acontecer) que: a acção social, a educação, o desporto e a cultura - terão de funcionar separadamente e aí abrirá uma nova divisão que funcionará no edifício da Câmara ou cave também da CGD ( locais onde se irá intervir), onde se colocará um elevador de acesso ao primeiro andar, ou então redefinir o funcionamento de forma a que a acção social fique no rés-do-chão e se minimizem os problemas com as acessibilidades e a mobilidade.

Em referência ao aludido pelo senhor **Alfredo Magalhães**, sobre a exposição nos passeios, considera que foi uma atitude responsável por parte do município. Foi uma decisão polémica mas, apesar de tudo, houve uma atitude muito correcta por parte de uma classe, que às vezes é exageradamente atacada. Houve uma atitude responsável do executivo em pleno, pois foi aprovada por unanimidade. Considera que é de registar que a Câmara actuou de forma

responsável perante uma matéria polémica, que às vezes é melhor fazer de conta que não existe, e que está a valer a pena.

O **Presidente da Mesa** refere que, depois do que foi dito acerca da Feira do Livro, considera que foram produzidas aqui, do ponto de vista histórico, introduções importantes, e sugestões que merecem e devem ser acatadas. Recorda que o município conta com o Conselho Municipal de Educação, sede onde estão representados todos os ramos, e todos os níveis do ensino, portanto uma sede muito interessante para que o Presidente do Conselho, que é simultaneamente o Presidente Câmara, possa, se assim o entender, articular. Sugere ainda que a data do evento seja repensada, uma vez que, este ano o mesmo se realizou na altura dos exames o que, talvez tenha contribuído para a fraca afluência, quer por parte dos estudantes quer dos encarregados de educação e professores. Assim sendo, talvez fosse interessante pensar numa data em que a comunidade educativa, no seu conjunto, estivesse mais disponível para participar na Feira do Livro.

O **Presidente da Mesa** fez a comunicação das **ausências**, faltando o senhor deputado Manuel Lima Ferreira. Os membros Lígia Pereira, José Temporão, Mário da Cruz e Manuel Oliveira da Cunha, que respectivamente estão substituídos por António Manuel Fernandes, Raul Joaquim Lopes, Rosa Maria Martins Pinto e Cristina Helena Paços Ribeiro.

### **1º Ponto**

#### **Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara Municipal.**

Inicia este ponto o membro **Armando Carvalho** que refere que *“Também eu me vou referir pela última vez, na sede desta Assembleia, ao que se passou na comissão permanente. O que aqui foi dito, foi que eu menti, pois tenho-vos a dizer e a quem disse isso, que podem ser muito sérios, mas não são mais sérios do que eu. Não tiro uma vírgula ao que disse. O que eu disse, foi o que se passou na Assembleia e o senhor Presidente da Assembleia e as senhoras secretárias que lá estavam presentes, se quiserem, assim o podem testemunhar. Não aceito que digam que estou a descontextualizar, porque o contexto era um e só um. A propósito disto tudo, fiquei sem saber se estou afastado da Comissão Permanente, ou não? Pelos vistos, por causa do 25 de Abril, acabei de ser afastado da Comissão Permanente. É um exemplo edificante da nossa democracia, esperemos que não pegue de estaca como outros exemplos.”*

Continua a sua intervenção dizendo *“Ainda na continuação da interpelação ao senhor presidente gostava de me referir sobre o Projecto de Revisão das Finanças Locais, que ainda ninguém referiu. Apesar dos discursos situacionistas que aqui já foram feitos do grande benefício do desenvolvimento que é proporcionado às autarquias pela administração central, o governo acaba de tirar mais um coelho da cartola. Agora as autarquias vão, se quiserem, ter “autonomia” e “poder” para baixar o IRS dos Municípios (leia-se eleitores) em 3%! Quem o disse foi o Ministro António Costa, o mesmo que, um dia, pôs um burro a competir com um Ferrari a ver quem chegava mais depressa num engarrafamento de trânsito. Será que a Administração Central vai aumentar as transferências para as autarquias? Sobre isso nem uma palavra. Mas tem explicação, que é a seguinte: até agora as Autarquias encaixavam 30,5% do total cobrado de IRS, IRC e IVA. A generosa proposta de revisão da Lei das Finanças Locais que o Ministro propõe baixa esse encaixe para 25% do total, “dá” mais 2% só sobre a colecta de IRS, e dos 3,5% que ficam no Terreiro do Paço, as autarquias podem tirar 3% para baixar o IRS aos seus queridos municípios. E assim se transforma um corte nas transferências financeiras para as autarquias numa medida de “redução” do IRS.*

*Senhor Presidente, o Senhor Ministro António Costa vem outra vez com a história do burro, com a agravante de que, desta vez, burros seremos nós se nos deixarmos meter no engarrafamento financeiro que a Administração Central está a preparar. Por isso, é de todo conveniente que se pronuncie sobre esta matéria e nos elucide sobre a posição institucional que tenciona adoptar.*

*Actas nº 11 da Câmara Municipal – A acta nº 11 revela-nos até que ponto as pessoas podem apregoar uma coisa para depois praticarem outra, precisamente o inverso do que*

*anunciam. Reparem no Ponto nº2 – Protocolo para a realização de redes em baixa – aprovado por unanimidade. Como é Senhor Presidente? Como é Senhores Vereadores? Os senhores andam a brincar com a boa fé das pessoas que acreditaram na sinceridade das vossas intenções, declarações eleitorais e outras. O Senhor Presidente faz constar por todo o lado que nunca entregará a rede em baixa, o PSD encena nesta Assembleia a rábula da Virgem Pudica “ Oh senhor Presidente, por favor livre-nos da situação de ter que dar razão às duvidas que o Sr Carvalho, em nome da CDU, sempre manifestou nesta Assembleia sobre o mau negócio com as Águas do Minho e Lima em que esta Edilidade se meteu ou se deixou meter” declama o Sr Santos Silva. E, afinal, estão todos feitos para entregar os recursos naturais de Valença, sabe-se lá por quanto tempo, a uma Empresa que não tem pejo em anunciar desde já que prevê sanções bem quantificadas a imputar ao nosso Município, na clausula 7ª, uma Empresa que tem o Conselho de Administração que tem, e declara candidamente no seu relatório que, para concretizar os investimentos conta com 85% de financiamento a fundo perdido e os restantes 15% emprestados pelo Banco Europeu de Investimento, porventura a juros bonificados. Grande negócio Sr Presidente, que edificante serviço prestam os Senhores vereadores e respectivos correligionários ao desenvolvimento da nossa gente.*

*Não terei, provavelmente, legitimidade para evocar um homem que conheci mal e, infelizmente, por pouco tempo, porque já nos deixou. Mas, atendendo ao paralelismo da situação, não posso deixar de lembrar o falecido Sr Cerqueira que, no caso da instalação do Parque Industrial, em que a AIP vinha com o mesmo esquema, e toda a gente estava a “ir na onda”, desassombadamente se ergueu e perguntou ao então Presidente da Câmara : Dr Fernando, com estas condições não conseguiremos nós fazer igual? E fez-se. Mal ou bem, muito ou pouco, fez-se.*

*Grande homem! Grande Valenciano! Digo-o com convicção apesar da diferença radical das nossas ideologias, e faço minhas as palavras dele porque é possível fazer melhor também neste caso, basta começar desde já a arrear caminho e estudar seriamente o modelo de gestão intermunicipal, cujo estudo comparativo com sistema multimunicipal aproveito para entregar ao Sr, Presidente, caso não o conheça, o que duvido. Mas digo mais: o que estais a fazer é como que um crime que lesa a região, hipoteca o futuro dos jovens, das gerações vindouras, e sobrecarrega desumanamente os idosos, particularmente os de menos posses. O caminho que trilhais é o da morte anunciada do já precário equilíbrio financeiro do Município.”*

Continua referindo-se ao problema limpeza de bandas das linhas de alta tensão no nosso concelho. Informa que a “EDP ou a REN (Rede Eléctrica Nacional) procedem periodicamente à limpeza das bandas de mato que crescem sob as linhas de Média e Alta Tensão de forma a prevenir eventuais danos na rede causados pelos incêndios florestais. Noutros tempos, antes do desmembramento da EDP e da posterior venda a retalho que foi o processo de privatizações daquela Empresa, esse serviço era feito com recurso a meios próprios, sendo que operação era devidamente fiscalizada desde o corte ao transporte do mato. Actualmente essa tarefa é adjudicada a um dos Empreiteiros do Consórcio e o resultado está à vista: o mato não é retirado do local, sendo arreado para as extremas do traçado da rede, isto é, vão por o lixo à porta dos outros, sejam eles privados, baldios ou públicos. Acontece em todo o traçado, mas o exemplo mais actual é o da rede de Friestas.”Questiona por fim se o presidente da junta de Friestas já informou o Presidente da Câmara sobre o assunto e se a Câmara está ou não ao corrente da situação, e o que pretende fazer para a corrigir firmemente.

Intervém de seguida **Jorge Santos Silva** que refere “*Vou tentar ser rápido, mas antes e para não desrespeitar o regimento e para não interpelar directamente o senhor Carvalho, eu gostaria que lhe dissesse que estou feito há 61 anos e com muita honra, porque respeito muito os meus pais. E continua a sua intervenção dizendo: “Recebemos através dos serviços desta Assembleia e com suporte de CD, o relatório e contas das Águas do Minho & Lima, S.A., referentes ao exercício de 2005. Como estamos ligados à formação através das ciências de comunicação, temos a obrigação de referir a nossa admiração pelo excelente trabalho realizado neste âmbito. Mais, a qualidade gráfica é magnífica e já não sabemos como classificar a excelência das imagens, muitas imagens que o integram. Temos a capacidade para avaliar o custo de um trabalho deste género, e por isso mesmo não entendemos muito bem a*

*sua necessidade. E ainda que não nos caiba discutir o relatório, cabe-nos, isso sim, de que forma são utilizados os dinheiros da nossa Câmara Municipal, enquanto accionista da referida empresa. Até porque é, e será, uma empresa altamente deficitária, se calhar, porque ainda há câmaras municipais que não realizaram a sua cota parte do capital social e porque só para remuneração dos órgãos sociais, creio que cinco administradores, se gastaram 175.758.000€, ou estarei enganado? Entretanto, senhor presidente da câmara, para além de agradecer os seus comentários sobre esta questão, gostaria ainda de saber como interpreta o ponto 4, 5 sistemas em baixa, página 34 do referido relatório que passo a ler (fez a referida leitura). Num segundo assunto, este já recorrente, gostaria de saber porque é que não tivemos acesso desta vez à listagem dos processos judiciais pendentes e do estado actualizado dos mesmos, é que ainda que incompleta, como estava a que nos foi entregue para a sessão 28 de Abril passado. Consideramos muito importante o conhecimento da situação de tais processos, até porque, de uma maneira geral nunca se sabe o final de cada um, qual a decisão judicial, se a Câmara ganhou ou vai ter que despendar verbas que são de todos nós, por falhas ou erros de gestão autárquica.”*

Segue-se **Alberto Vilas** que diz: *“Relativamente à informação escrita do senhor presidente, três ou quatro questões em que gostaria de ser esclarecido. Refere-se no mapa das empreitadas, que a beneficiação na EN13, (a segunda fase do GAT à Repsol) está concluída. E eu perguntaria ao senhor presidente, se a questão do saneamento em Arão, juntamente ao Horto, se está solucionada?*

*Verifiquei que a placa de sinalética da freguesia está sobreposta por um poste de iluminação. Portanto por um poste novo que lá foi colocado em frente à placa e que, por sua vez, o abrigo para as pessoas interessadas em entrar no transporte público, que existia, desapareceu e não mais foi colocado. Perguntava se é para desaparecer mesmo ou se vai ser substituído.*

*Relativamente à marginal da Senhora da Cabeça, diz que está concluída a empreitada. Julgo que estaria previsto – uma rampa de acesso para os barcos;- a construção de um edifício para o pescadores, e pergunto se a iluminação vai ser reposta ou melhorada.*

*Verificámos também que os passeios entre o GAT e a GALP, está em concurso limitado a adjudicação dessa obra, recordo pois eu também participei, juntamente com os elementos da junta de freguesia de Arão, nessa mesma reunião onde foi solicitada a colaboração da Câmara para a execução de determinadas obras e o adiamento dessa colaboração prendia-se com o facto desses passeios irem ser feitos com adjudicação directa, e só depois de esses passeios estarem concluídos poderia despendar desses homens. E eu perguntaria uma vez que esta obra vai a concurso, não vai ser feito pela Câmara, se desde já pode disponibilizar os homens que iriam ser colocados a trabalhar nesse passeio para fazer obras na freguesia, que bem delas necessita. E por último, verificámos que, na Avenida Miguel Dantas, depois da grande intervenção que sofreu, a iluminação junto dos canteiros nunca funcionou, estão lá os candeeiros e nunca os vimos acesos. A iluminação que está por baixo daquele banco que está junto ao muro que veda os terrenos do antigo colégio e que dá acesso à antiga avenida estação, estão todas, excepto uma, apagadas. E um quiosque, sei que é informativo turístico e que já lá está algum tempo, mas o que é facto é que não está a funcionar, e eu perguntaria o que é que se passa em relação a isso.”*

Segue-se **José Nogueira** que declara que *“relativamente ao que o senhor Armando Carvalho disse da Comissão Permanente, dizendo que não retira uma vírgula, eu não retiro nem uma vírgula, nem um ponto. Quanto à acta nº.11, que fala do protocolo da rede em baixo, entregamos como recursos naturais os esgotos, não considero assim. De qualquer maneira, não vejo aquilo que aludiu. Quanto ao precário equilíbrio financeiro que aludiu, bastará atentar no último ponto para aquilatarmos a saúde financeira desta edilidade.”*

Usa da palavra o **Presidente da Mesa** que, antes de dar a palavra ao senhor presidente da Câmara, e em resposta ao senhor Armando Carvalho que solicitou ser esclarecido se está afastado ou não da Comissão Permanente, informa: *“ eu só tenho a dizer que não pode ser*

*afastado daquilo a que nunca pertenceu. Recordo, uma vez mais, que o senhor só ia lá estar connosco para discussão dos pontos que tem a ver com a ordem de trabalhos. Recordo, uma vez mais ainda que, pela gentileza do conjunto, prosseguia na reunião da comissão permanente. Reitero, portanto, o anúncio que há pouco fiz, cumprirei sempre a lei, o senhor será sempre ouvido quanto à ordem de trabalhos, mas nunca mais em sede da Comissão Permanente, isto quanto ao esclarecimento. Agora o senhor disse ali que as intervenções, e como não especificou, eu incluo a minha e reajo. Relativamente à sua intervenção detalhada, queria dizer que, em essência, o senhor mentiu, ninguém disse isso, eu não lhe vou dar outra explicação, só vou dizer algo de similar àquilo que o senhor disse, mas afinal quem é que terá um poder retórico capaz de dar a volta àquilo que realmente sucedeu!”*

Intervém o **Presidente da Câmara** que em resposta às questões levantadas diz: “Começava então pelo senhor **Armando Carvalho** (...) Sobre o novo projecto da lei das finanças locais, sabe que eu prezo muito uma questão - eu sou militante do PS, faço parte de órgãos distritais do PS, tenho alguma responsabilidade, mas tenho uma coisa, quando tenho de discordar, discordo (...) sou contra esta lei das finanças locais, como irei manifestar publicamente (...) é lesivo para o poder local.

*Realmente a questão que referiu sobre o IRS, e digo com todas as palavras e consciente daquilo que vou dizer, esta questão do IRS é uma habilidade saloia e tem, naturalmente, uma estratégia por detrás. (...) O Governo está a empurrar para o Poder Local aquilo que ainda não conseguiu fazer a nível nacional (...) Isto é uma habilidade saloia, seja feita pelo PS, PSD, PCP, seja quem for. Eu vou ser contra e já manifestei neste ponto a minha discordância. Mas também, deixe-me dizer-lhe que há reformas que o actual governo está a fazer, com as quais eu concordo, portanto não é tudo contra, nem tudo a favor. Há reformas que estão em curso neste país que só pecam por tardias. Repito mais uma vez, sou coerente com o que digo, falei bem da Manuela Ferreira Leite, não foi neste local, mas foi na Assembleia Municipal lá em cima, porque nós não podemos continuar a aguentar, porque nós não temos capacidade para isso, um nível de regalias em alguns sectores da administração pública, quando não temos dinheiro (...) Portanto, há reformas com as quais eu concordo, não concordo, no entanto com o método em muitas delas. Nesta, concretamente, pode ter a certeza, que neste aspecto da questão do IRS sou absolutamente contra. Sobre o resto do projecto de lei, aguardo para o diploma final.*

Ainda em resposta a Armando Carvalho, refere “ desta vez o senhor passou todas as medidas, e eu não vou aceitar isso. Primeiro o senhor tem de dizer toda a verdade, o senhor referiu aí um protocolo, nestes termos: o protocolo que eu passo a ler, refere redes em baixa. Toda a gente percebeu que afinal o que eu venho para aqui dizer, nas costas estou a fazer o contrário! Mas o senhor não está a ser correcto, porque esse protocolo que o senhor referiu, é um protocolo para a elaboração de projectos. Eu ouvi e aguntei expressões como: praticar um crime, diz uma coisa e faz outra. Portanto, eu aguntei este tipo de expressões agora o senhor também vai ter de aguentar a minha resposta. Esse protocolo foi aprovado em reunião de Câmara e foi assinado. Meu caro, as autarquias foram confrontadas com a possibilidade, porque há uma verba disponível para os subsistemas de água e saneamento, (multimunicipais entenda-se), de concorrer (e só estes sistemas é que podem concorrer a este fundo), à elaboração de projectos de execução, e estamos a falar de projectos de execução de saneamento principalmente, em locais que ainda não há no concelho. Para refazer o saneamento nas freguesias, no caso de Valença - freguesia de São Pedro da Torre, de Arão e de Cristêlo-Côvo. Os projectos custam dinheiro. O protocolo se leu bem, também refere que, para os municípios que quiserem aderir às redes em baixa, os projectos são gratuitos. Aqueles que optarem por não aderir pagarão a parte não co-financiada, que são 25%. E mais uma vez eu lhe vou dizer, enquanto eu for Presidente da Câmara nunca proporei a entrega da baixa, nem de saneamento, nem de água, quer que eu lhe diga isto quantas vezes? É que o senhor vem para aqui falar de um protocolo, como se a Câmara tivesse entregue a rede em baixa. O senhor omitiu, (para não dizer outra coisa) e depois utiliza expressões que ficam consigo. Agora, só espero uma coisa, se o senhor for coerente consigo próprio, quando chegarmos ao fim do mandato, acho que o senhor deveria, naquele local ou onde estivermos, dizer: senhor presidente, o senhor afinal tinha razão! Informa ainda que: “ nós já estamos a pagar o

*tratamento aos afluentes na ETAR de Cristêlo-Côvo, como sabem está a funcionar e custa em média à Câmara, entre seis a sete mil contos por mês. Eu pergunto, se na sua factura ao fim do mês já teve algum aumento sobre o saneamento? Não teve! É a Câmara que está a suportar a diferença e que o fará enquanto a postura da Câmara for esta, agora quem vier a seguir, meu caro, assuma as suas responsabilidades, faça as suas opções políticas. Eu não critico se vier para aqui alguém e opte pela entrega, é uma questão de opção política (...) posso-lhe dizer que a grande maioria das câmaras do distrito vão aderir, vão entregar, porque essas estão financeiramente desequilibradas,*

Relativamente às questões levantadas por **Jorge Santos Silva**, nomeadamente sobre a questão das Águas do Minho & Lima pensa já ter dado a sua resposta, ter demonstrado a sua posição anteriormente, em resposta a Armando Carvalho. Em resposta à segunda questão diz: *“Remuneração dos órgãos sociais - aliás o modelo, o funcionamento das Águas do Minho & Lima como empresa pública. É bom que se tenha essa consciência - é uma empresa pública, (só tem accionistas com capitais públicos, águas de Portugal e municípios). Com todas as críticas, umas justas e outras injustas, eu queria dizer que só sou presidente da Assembleia-Geral das Águas do Minho & Lima, desde Março, portanto esse relatório que receberam reporta-se a 31 de Dezembro do ano passado. E o facto é que se trata de uma empresa com um investimento muito elevado no distrito, um investimento com dificuldade de realização. Tem, na minha opinião problemas: um com o carácter operacional, (demorou muito tempo a criar uma estrutura organizacional capaz de dar resposta ao objecto social - redes de saneamento e redes de abastecimento de água - tem um atraso sobre aquilo que se comprometeu fazer, em média de dois anos). Como se atrasou no investimento, também se atrasou naturalmente em sede de exploração, a nível das receitas, e está-se a reflectir financeiramente nas contas da empresa, (era inevitável). Repito, só para terem a noção - atraso no investimento implica um atraso na exploração, (pelo que, a entrada de receitas está prejudicada em dois anos, daí que os resultados negativos da empresa onde uma das principais causas é a falta de receitas, que no início estava previsto acontecer mais cedo do que efectivamente veio a acontecer). Agora, este é um problema que é corrigível, um que na minha opinião não é corrigível e que já o disse, também publicamente e na qualidade de accionista, nenhum modelo como está, ou como foi criado está a funcionar, não é viável. E eu, de uma forma simples, digo porque é que não é viável. O modelo pressupõe e tem financiamento comunitário, atenção que não é 85%, o financiamento das Águas do Minho & Lima rondará os 60%, e há 40% de empréstimos do Banco Europeu de Investimentos. Eu acho que é aqui que está o principal problema, é que o Banco Europeu de Investimentos não financia investimentos nos Estados Membros, sem que eles provem a viabilidade do sistema. E para provar a viabilidade do sistema face ao investimento, (porque não é a mesma coisa fazer saneamento aqui no Alto Minho, do que fazer no Alentejo, em Lisboa ou no Porto, porque em cada metro de saneamento há muito mais clientes potenciais do que aqui, entende-se porque é simples isto), aparecem tarifas incomportáveis. Perante a situação em que estão os municípios, em termos financeiros. Perante a expectativa da nova lei das Finanças Locais, meus caros, é opção política. A corrente está no sentido dos municípios aderirem, eu não desminto isso, eu oiço, eu falo, os meus colegas falam e estão mortinhos para entregar isso, porque isto é sufocante. Se isto for reflectido na tarifa, temos aumentos, de 400%, 500% e 600%. Estaremos aí, perante uma situação, que na minha opinião é inviável pois as pessoas não vão aceitar. E assim ou os municípios suportam, ou reflectem no consumidor, ou ainda uma terceira opção - um X% para um componente e um X % para outro.*

*É aqui que está o principal problema desta empresa, deste sistema multimunicipal. Não foram acauteladas algumas questões que tornam o investimento elevadíssimo e a exploração muito pouco rentável. Se somarmos a isto a taxa de adesão ao sistema, nomeadamente ao sistema de abastecimento de saneamento - pois algumas pessoas ainda pensam que é à borla, quando souberem que é a pagar não põem e depois não pagam. A taxa de cobertura em termos efectivos não vai ser o que as Águas do Minho & Lima perspectivaram, vai ficar muito aquém, o que irá agravar mais este problema, que a minha opinião é o principal. Eu já alertei e já foi no ano passado. Na Assembleia-geral, este problema, foi discutido mas não houve nenhuma solução. Já falei com alguns colegas meus e provavelmente até ao final do ano vou convocar*

*uma Assembleia-geral extraordinária para discutir este assunto. Sei que o Governo está a tentar, através do Ministério do Ambiente, fazer com que nos principais núcleos urbanos haja um aumento quer para o preço da água, quer para o saneamento, de forma a criar uma almofada para os sistemas menos rentáveis, como é o nosso caso.*

*Sobre a questão das remunerações dos órgãos sociais, diz: “ esta remuneração ainda vem da administração do Governo anterior. Atenção, a actual nem pôs melhor, nem pior, pôs igual. Isto é por tabela, se ganham muito ou se ganham pouco, só sei que ganham muito mais que eu e com regalias - cartões de crédito, carros. Mas este é um problema que não é só das Águas do Minho & Lima, é um problema da administração pública, não me compete a mim resolver esse problema. Eles vêm remunerados com referência das Águas de Portugal, o Presidente do Conselho da Administração e o Administrador delegado - duas figuras que são pagas pelo topo da carreira da administração pública – o que é socialmente questionável e censurável.*

No que diz respeito à questão dos processos judiciais refere que apesar de não querer imputar responsabilidades, já está cansado destas situações pois os funcionários sabem, ou deveriam saber, exactamente as instruções. Não é novidade, deveriam saber o que têm de entregar. (Deu um exemplo de falhas no serviço dos funcionários da Câmara).

Segue-se **Santos Silva** que refere que *“há necessidade absoluta da exigência de responsabilidades a quem quer que seja, sob pena de continuarmos sempre na mesma. Estas coisas têm de mudar e o país se quer mudar, tem de mudar pela responsabilização. Dizia-se nos meus tempos, “na maior liberdade, na maior responsabilidade”. Liberdade de acção, maior responsabilização. Eu sei que o senhor não pode abarcar tudo, mas tem de responsabilizar os seus directos colaboradores.”*

Usa da palavra o **Presidente da Mesa** que declara: *“Que fique registado que o senhor deputado Armando Carvalho entregou, através da Mesa, ao senhor Presidente da Câmara Municipal, documentação que contém um estudo comparativo de sistemas multimunicipais, e que o senhor presidente recepcionou e irá analisar.”*

Intervém novamente o **Presidente da Câmara** que refere que o que o deputado Armando Carvalho entregou não é *“nenhum milagre”*. Refere ainda que este estudo deveria ter sido feito no início deste processo. Pergunta se o mesmo tem consciência e noção das consequências. Se sabe o que seria, hoje, sem as Águas do Minho & Lima.

Continua a sua intervenção dizendo que *“ quem não tem consciência do que está a dizer nesta matéria, é o senhor. Porque o que se tinha a fazer no âmbito deste processo, já foi feito há uns largos anos. Neste momento só há duas opções, ou se adere à baixa ou não se adere. Porque em termos de alta, essa concessão, já tem alguns anos. Isso de virmos aqui dizer que há um sistema alternativo, e não ponho e causa que esse sistema funcione melhor do que o que está neste momento, mas não é isso que faz falta agora. Agora há que avaliar as consequências do que o senhor defende - de a Câmara Municipal de Valença dizer que vai ter que sair das Águas do Minho & Lima. A Câmara tem compromissos assumidos com esta empresa, é accionista, é cliente, aderiu, participou na concessão deste sistema. O senhor pensa que entramos nas coisas e agora não me apetece estar mais nas Águas do Minho & Lima e vou embora! E quem vai pagar meio milhão de contas que está na ETAR de Cristêlo-Côvo? Quem vai pagar praticamente um milhão de contos das condutoras, colectores gerais e elevatórias que foram feitas? O povo? Isto é sério, não é para brincar, não é criticar e ponto, e alternativas? É isso que eu gostava de ver, porque isto é uma questão de fundo e o senhor pode bater na sua tecla permanentemente. Eu só lhe tenho a dizer que a minha posição no passado é esta, é no presente e vai ser até ao final do mandato, não retiro uma vírgula daquilo que lhe disse.*

Relativamente à questão levantada pelo membro **Alberto Vilas** sobre o quiosque, reconhece que o mesmo já lá está há algum tempo e que se calhar até poderia funcionar; com os dados que tem, no entanto, não tem a certeza, não está na posse dessa informação.

Sobre a questão da responsabilidade, levantada ainda por **Jorge Santos Silva**, refere que ainda há muito a evoluir neste campo em Portugal. Não é só na administração pública, mas em particular na administração pública porque é paga pelos contribuintes. Reconhece que há sectores que estão melhores que outros, mas considera que é uma questão cultural e até de mentalidade. A questão de formação pode, no entanto, ajudar a apurar um pouco mas o sentido de responsabilidade. As autarquias, pequenas como a nossa tem um problema estrutural, de certa forma estão desequilibradas em termos funcionais, e as competências têm vindo a aumentar e a abrangência da acção tem sido cada vez maior. Resolve-se sempre os problemas com os que estão melhor preparados, o que causa alguns desequilíbrios. Continua defendendo “*sou regionalista, porque eu acho que se consegue racionalizar muito disparate que é utilizado a nível local. (...) no nosso país as autarquias estão a receber competências a mais e quando essas questões vêm a público, vê-se as autarquias a dizer que já estão preparados e temos o dever da responsabilidade, não é nada, é que as autarquias não estão preparadas para este tipo de coisas, e como fica bem dizer que se aceita, aceita-se, e depois as coisas não funcionam. Portanto isto tem de ter uma escala maior, não pode ser a local, por isso é que sou regionalista ou defendo a regionalização. Eu defendo as regiões plano, que são as cinco, até já há experiência técnica nas Comissões de Coordenação que permitem pôr uma máquina a funcionar, acabar com essas delegações distritais, de IPJ, de Segurança Social, isso não faz sentido, o que se poupava aí... porque depois vem as bandeiras de populismo, é mais tacho, não é nada, se for algo com cabeça, tronco e membros a regionalização pode resolver muitos problemas neste país.*”

## **2º Ponto**

### **Plano de Pormenor da Área Central de Valença – Medidas Preventivas.**

**PLANO DE PORMENOR DA ÁREA CENTRAL DE VALENÇA – MEDIDAS PREVENTIVAS:-** Foi presente, acerca do assunto indicado em epígrafe, a informação do Chefe de Divisão de Urbanismo e Ambiente que seguidamente se transcreve: -----

#### **“DIVISÃO DE URBANISMO E AMBIENTE**

Assunto: **Medidas Preventivas de salvaguarda da revisão do Plano de Pormenor da Área Central da Vila de Valença e suspensão parcial do Plano Director Municipal de Valença na mesma área até à entrada em vigor da respectiva revisão**

#### **INFORMAÇÃO TÉCNICA**

Na reunião de 17 de Fevereiro de 2006, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, promover as diligências necessárias com vista à posterior apresentação de proposta à Assembleia Municipal para a prorrogação das aludidas medidas preventivas.

Nessa sequência, foi solicitado parecer à CCDR-N, tendo esta emitido parecer favorável (ofício n.º 1502 de 12/05/2006).

Assim, atendendo a que:

- 1- O prazo de vigência das medidas preventivas de salvaguarda do Plano de Pormenor da Área Central da Vila de Valença e suspensão parcial do Plano Director Municipal na mesma área até à entrada em vigor da respectiva revisão, ratificadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2004 e publicadas no Diário da República I Série – B, de 5 de Abril de 2004, terminou a 11 de Abril de 2006;
- 2- Tanto o Plano de Pormenor da Área Central da Vila de Valença, como a revisão do Plano Director Municipal de Valença não estão concluídos, embora em fase final de conclusão;
- 3- Se mantêm válidos os princípios que estiveram na base do estabelecimento das medidas preventivas “*evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possa limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução da revisão do mencionado Plano de Pormenor actualmente em curso*”;

- 4- Se mostra necessário a prorrogação por mais um ano daquelas medidas preventivas e suspensão parcial do Plano Director Municipal, por forma a que se concluam aqueles planos.

*Proponho que, nos termos do artigo 109.º e nº1 do artigo 112º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, se delibere propor à Assembleia Municipal a prorrogação por mais um ano, das medidas preventivas de salvaguarda do Plano de Pormenor da Área Central da Vila de Valença e suspensão parcial do Plano Director Municipal na mesma área até à entrada em vigor da respectiva revisão, ratificadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2004 e publicadas no Diário da República I Série – B, de 5 de Abril de 2004, a contar da data em que caducaram.*

À consideração superior. Valença, 30 de Maio de 2006. O Chefe de Divisão de Urbanismo e Ambiente, (a) Victor Manuel Pires de Araújo”. A Câmara Municipal, tomando em consideração a transcrita informação, deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a prorrogação, por mais um ano, das medidas preventivas de salvaguarda do Plano de Pormenor da Área Central da Vila de Valença e suspensão parcial do Plano Director Municipal na mesma área até à entrada em vigor da respectiva revisão, ratificadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2004 e publicadas no Diário da República I Série – B, de 5 de Abril de 2004, a contar da data em que caducaram.

Inicia o membro **Armando Carvalho** que declara: *“A CDU, partindo do consenso existente acerca da nula eficácia do PDM existente no ordenamento do Concelho, e partilhando o sentimento geral de que é urgente rever, tanto o Plano Geral como os Planos de Pormenor, tem vindo a votar favoravelmente as Medidas Preventivas propostas. Porém, é-nos impossível contemporizar por mais tempo com este sucessivo arrastar de processos, ora por parte da Administração Central ora da Administração Local. A revisão do Plano está atrasada 5 anos. Já nas Eleições Autárquicas de 2001, o Senhor Presidente acreditava que o processo seria rápido, para que, no limite do PDM em 2002, fosse possível iniciar um novo período de vigência, sem sobressaltos, o que não aconteceu. Entretanto prédios houve que “avançaram” 20 metros para a frente em relação à implantação declarada no processo do serviço de obras, sem que ninguém nisso tenha reparado em tempo útil, rotundas que “andaram” para permitir a construção doutro “mamarracho” na Área Central, onde estavam previstos Núcleos de Vegetação Natural, etc. Foram gastas fortunas na elaboração de Planos de Pormenor de que não se vê resultado nenhum. Ninguém sabe explicar ao certo o que é que está em vigor e o que não está quando se aplicam medidas preventivas: se é o PDMV ou se são os Planos de Pormenor. A seguir ainda vem o projecto de Decreto do Governo para implementar Medidas Preventivas na área da Plataforma Logística, vai ser outro compasso de espera. O que o povo diz é que tudo não passa de areia atirada para os olhos, o que nós queremos é ver trabalho realizado: que tipo de urbanismo vai ser adoptado, que medidas concretas serão tomadas para melhorar e preservar o ambiente, que planos vão ser encetados para travar a desertificação das aldeias, por exemplo. Até lá o nosso sentido do nosso voto será a abstenção, e já é um benefício de dúvida.”*

Intervém **Alberto Reis** que refere *“É curioso que se calhar 75% desta Assembleia de hoje, andaram sempre em volta do mesmo assunto. É um assunto fundamental para o país - o planeamento, a previsão, os estudos fundamentados e a planificação. O saneamento, a distribuição da água, tem tudo a ver com isso exactamente - com a proliferação de edificação que foi sendo feita de um modo mais ou menos avulso e espontâneo. Aliás, o país todo foi crescendo assim, até à altura em que às autarquias foi imposto que organizassem os seus PDM. Esses PDM, e aqui o de Valença concretamente, já terá treze anos. O mesmo contempla dez Planos de Pormenor, e um deles é nomeadamente este da área central. O Plano de Pormenor da área central não está ainda a vigorar, para salvaguardar esse Plano de Pormenor, para salvaguardar situações é fundamental que sejam aprovadas estas Medidas Preventivas e de salvaguarda. Considero que devemos aprovar a prorrogação por mais um ano. Mas, ao mesmo tempo lanço aqui um apelo para que entendamos que estas Medidas preventivas são uma*

*ferramenta especial, são uma ferramenta de excepção e que de excepção em excepção, e aqui dou alguma razão à pessoa que antecedeu, de excepção em excepção já lá vão pelo menos três anos em que nós estamos a utilizar a ferramenta que salvaguardará, em vez de estar a utilizar efectivamente o que deve ser, que é o Plano de Pormenor. Portanto, eu creio que o nosso voto, pelo interesse do concelho e nomeadamente aqui da área central, que o nosso voto deve ser favorável, mas apelo, em simultâneo, ao senhor Presidente da Câmara, para que acelere de algum modo e se resolva de uma vez por todas estas medidas preventivas, e que passe realmente a vigorar como ferramenta do planeamento da área central, o Plano de Pormenor que está previsto.”*

Segue-se o **Presidente da Câmara** que diz: *“Querida aqui fazer alguns complementos a esta informação. Concordo plenamente que deveríamos, já não é de agora, ter a funcionar este Plano de Pormenor. Não servindo isto de desculpa e porque, dentro daquela questão que falamos no ponto anterior, a iniciativa de elaborar este Plano de Pormenor não começou muito bem, ( eu recorro que no mandato anterior já fui confrontado com este Plano de Pormenor)”. E explica: “Foi elaborado por uma empresa que nesse mesmo mandato já tinha recebido o dinheiro contratualizado com a autarquia, mas, entretanto sai legislação nova. É que nesta matéria, de dois em dois anos, está a sair legislação nova. Fui confrontado com uma questão, que eu não sabia o que é que era, mas que se chamava perequação. Eu fui a Lisboa ter uma reunião com o senhor Director Geral do Ordenamento do Território, só para que nos dissesse, a nós, técnicos da Câmara, nomeadamente ao arquitecto dessa empresa que elaborou e contratualizou com a Câmara o Plano de Pormenor, que nos dissesse o que é que é a perequação. E o director geral transmitiu-nos uma coisa engraçada, não sei muito bem! Fui a um congresso à Alemanha e fui lá ouvir isto de como é que funciona a perequação, e, atenção, já estava a legislação em vigor e era o director geral do Ordenamento do Território. Na altura ainda não havia Medidas Preventivas, estávamos a tentar o mais rápido possível pôr o Plano de Pormenor em vigor, porque havia a dívida da própria Comissão de Coordenação, de que instrumento é que estaria aqui em vigor em Valença na área central - se o PDM, se o Plano de Pormenor. Chegámos à situação caricata de ter dois pareceres com dois anos de diferença da Comissão de Coordenação, da mesma jurista a dizer que um era o Plano de Pormenor e o outro que era o PDM. Agora vejam o que é esta baralhada, como é que o urbanismo na Câmara analisa assim um processo. Então o próprio director geral, que acho que ainda é o actual director geral do Ordenamento do Território, diz-me que a Câmara só tem uma opção neste momento - suspender esses dois instrumentos, o Plano de Pormenor e o PDM. Isso só pode ser suspenso com Medidas Preventivas, e eu nessa mesma reunião disse que queria suspender, mas queria desde já limitar com regras perfeitamente estabelecidas, definidas para as pessoas que vão votar saberem o que vão votar. Então foi nesse âmbito que a área central foi dividida em quatro áreas, em cada uma dessas área, à medida que se ia da parte mais afastada da fortaleza até à fortaleza - a cêrcea passava máxima para rés-do-chão e um, e os coeficientes de implantação passaria de 60% até 40% ou 30%. A perequação é uma coisa assim, de grosso modo - se vai lá um vizinho e na estrada vai construir rés-do-chão e cinco, e eu do lado direito posso construir rés-do-chão e três, o do rés-do-chão e cinco vai ter que pagar, ele próprio a diferença para poder construir mais dois andares. Isto num terreno virgem tudo bem, isto não é terreno virgem, nós temos a área central construída praticamente a 60%, agora vejam como é que vai ser... imaginem o que é por isto no terreno.(...) Sem isto não há regulamento no Plano de Pormenor, sem regulamento de Plano de Pormenor não há Plano de Pormenor. Agora as instruções que dei já no final do ano passado, porque havia dificuldade, são as de que vamos fazer internamente as plantas e que algumas já são de conhecimento público. Quanto ao regulamento, encomendei ao engenheiro Vitor Araújo uma proposta de regulamento para ser discutida na Câmara. (...) a partir daí vai ser o percurso - Câmara, Assembleia, discussão pública e, atenção, que esta é a última prorrogação, só pode ser prorrogado mais este ano. Nós temos um ano para pôr este Plano de Pormenor elaborado e se não estiver em vigor, meus caros, terminado esse prazo não pode ser feito absolutamente nada, porque não tem instrumento de gestão do ordenamento do território, nós temos mesmo urgência de fazer isto neste momento.”*

Procedeu-se à votação que, num universo de 34 votantes, registou 1 abstenção (Armando Carvalho) e os restantes votos favoráveis. **Aprovado por maioria.**

### 3º Ponto

#### **Lançamento de Derrama para Financiamento de Investimentos.**

**LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS:-**  
Esta Câmara Municipal, de acordo com o previsto nas Grandes Opções do Plano, pretende concretizar diversos investimentos municipais, alguns deles já em curso, entre os quais os relacionados com a Requalificação do Centro Histórico, a E.N. 13 – Traçado Urbano, intervenções ao nível do saneamento básico, de que são exemplos as redes de saneamento de S. Pedro da Torre, de Gandra, de Ganfei, de Verdoejo, de Friestas e de Cerdal, o edifício multi-usos, etc.. Sendo certo que muitos destes investimentos são co-financiados com fundos estruturais, não é menos verdade que este Município não dispõe dos meios económicos suficientes para execução destes mesmos empreendimentos na parte que a si diz respeito, conjugados com todos os outros que estão previstos nas Grandes Opções do Plano. Nestas circunstâncias, a Câmara Municipal, ao abrigo das disposições do artigo 18º da Lei número 42/98, de 6 de Agosto, com a alínea f) do número 2 do artigo 53º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal o lançamento de uma derrama de 10% sobre a colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas nos termos daquele artigo 18º, derrama esta para financiamento dos indicados investimentos.

Intervém **Armando Carvalho** que diz: *“É conhecida a nossa posição sobre o lançamento de derrama. Não concordamos que sejam só os pequenos e médios empresários a suportar esse fardo em sede de IRC. Não aceitamos que o sector financeiro, os seguros, as telecomunicações e a distribuição de energia, que têm lucros gigantescos, estejam, na prática, dispensados desse contributo para as autarquias, por via de uma habilidade legislativa que transfere para a sede fiscal dessas empresas a receita do imposto. Não acreditamos no pretexto de que lhes é impossível contabilizar os montantes movimentados por agências, dependências e balcões. É possível impor a justiça fiscal e, assim, baixar os impostos e aumentar as receitas. Este executivo tem obrigação de pugnar para que seja accionado o princípio da subsidiariedade no sentido de que as verbas colectadas noutros Municípios nos sejam restituídas.*

*No caso presente a gravidade da injustiça assume uma dimensão ainda maior.*

*A Câmara propõe, por unanimidade, claro está, que neste quadro de flagrante discriminação fiscal em que só os de cá é que pagam, votemos favoravelmente um imposto para, entre outras coisas, ajudar a pagar a rede de saneamento que, de acordo com o Projecto de Protocolo que já aprovaram, também por unanimidade, claro está, com as Águas do Minho e Lima, vai passar a fazer parte do Património daquela Empresa quando passar a explorar o sistema de recolha de efluentes “em baixa”. Recolha essa que será, forçosamente tarifado, o que significa que estamos perante uma tentativa de dupla tributação: dos 10% do IRC sai uma percentagem para pagar uma estrutura cuja utilização será alvo de outro pagamento que é a taxa de saneamento. Quanto à requalificação da EN-13, só pode ser o troço que ficou para o fim, e que, na nossa opinião deveria ter sido distinguido com o início desse tipo de obras. Refiro-me à Fronteira e Avenida de Espanha, onde, por razões de prioridade às pessoas que lá moram ou até de imagem internacional se devia ter tratado em primeiro lugar e logo acabar com aquele calvário das enxurradas pluviais. Mas, fundamentalmente, o que transparece é a simplicidade com que se argumenta com uma falha orçamental para cumprir responsabilidades próprias, que a demonstração da dotação financeira do Plano Plurianual de Investimentos sabiamente ocultou. A menos, claro, que seja apenas um reflexo daquele pequeno lapso de não terem sido considerados nos documentos previsionais a quantia de 440.000 Euros para pagar as tarifas de recolha “em alta” de efluentes à prestimosa Águas do Minho e Lima S.A.”*

Em resposta o **Presidente Câmara** declara “*Senhor Armando Carvalho, eu acho que o senhor era a pessoa ideal para fabricar um país de maravilhas. E eu passo a explicar o que é o país das maravilhas - Há gastos, há despesas e não se cobra nada a ninguém. Se defende que não haja ninguém a pagar, isso não é justiça fiscal. O senhor vem para aqui fazer observações de uma gravidade, o senhor tem noção do que diz? Algumas, eu escuso-me a responder. A derrama é uma faculdade que a nossa legislação fiscal atribuiu aos municípios para financiar investimentos.*

*Falou da estrada - essa obra está em concurso, são abertas as propostas para a semana, concorda com a realização da obra e não concorda que a derrama financie essa obra?”*

Intervém novamente **Armando Carvalho** que diz: “*O país das maravilhas já é este, em que uns pagam e outros não. Eu digo que não concordo com o lançamento da derrama nesta situação Eu concordo com a derrama, o que eu não concordo é que o método de colecta da derrama incida só sobre algumas pessoas.*

*Em relação à EN13, o que eu digo, muito simplesmente, é que, na nossa opinião, era a partir dali que a requalificação devia ter começado e que aparentemente ficou para o fim. Que a autarquia agora vem dizer que precisa das receitas da derrama, (eu sei que ainda está em concurso), para a execução financeira daquele troço. É só isso que estou a dizer, não estou a ver aqui onde é que está o absurdo, é uma dúvida lógica e simples. Eu estou aqui, desde o princípio desta Assembleia, debaixo de um fogo muito cerrado, onde me querem fazer crer que eu não sei o que digo. Estes assuntos não fui eu que ontem me lembrei de os escrever, portanto vamos a ver que não é assim, (e que lá vem o Carvalho e o que ele diz não vale nada). Eu peço imensa desculpa se me exprimi mal, é possível que o senhor também tenha entendido mal, mas de qualquer maneira vamos a ter termos porque há uma base. Eu sei que o senhor me acusa de não ter termos, eu já lhe disse que não considero isso pessoalmente, são críticas estritamente políticas, análises estritamente políticas, mas de qualquer maneira estou descontente com o menosprezo e até com esses sorrisinhos que disparam na Assembleia, sempre que menciono aqueles assuntos que tenho obrigatoriamente que mencionar - , o planeamento, as águas - tenho que os mencionar. Eu não vim cá para jogar cartas e não vim cá pelo prémio, meus senhores.”*

Usa da palavra o **Presidente Câmara** que refere que “*esta Assembleia, independentemente das questões políticas e partidárias, ao longo dos últimos anos demonstrou elevação, respeito*”. Diz ainda que se o senhor Armando Carvalho se considera sob fogo cerrado, então ele mesmo está a ser atacado com “*artilharia da pesada*”, pois já foi acusado de “*cometer crime porque entregava a rede às Águas do Minho & Lima*”. Diz continuar a não entender qual é a dúvida, se concorda com a derrama, só não concorda que sejam sempre os mesmos a pagar. Pergunta: “*Mas o que é que a autarquia tem a ver com isso? Acha que é a autarquia que faz, que calcula a matéria colectável e faz a colecta do imposto? Sabe bem que não é, isto não tem nada a ver com a autarquia. A autarquia apenas é a entidade para a qual é transferida a receita total de derrama cobrada em sede concelhia, mais nada.*”

Intervém o **Presidente da Mesa** para permitir excepcionalmente ao senhor Armando Carvalho retorquir.

Em resposta **Armando Carvalho** refere: “*O senhor presidente tem uma noção da autarquia meramente física. A autarquia é uma entidade que, para além do património que detém é gerida por pessoas, pessoas essas que têm influência na sociedade, na local no nosso caso, mas também na nacional. O senhor ainda há bocado disse - embora só a nível distrital, é responsável. Então vamos fazer este raciocínio: é verdade ou não é verdade, que é injusto que haja sectores de actividade que estejam fora da recolha da derrama? Eu creio que isto é unânime para toda a gente, é verdade, não podemos estar a sobrecarregar sempre os mesmos. Pode-se fazer alguma coisa sobre isso ou não? Não é a autarquia, são as pessoas da autarquia, são os responsáveis políticos das autarquias, as autarquias ainda não são geridos por gestores*

*políticos, são responsáveis políticos, têm responsabilidade política e histórica. A tal que eu falei há bocado quando eu disse que e o senhor não tinha consciência da responsabilidade histórica. Vocês têm os vossos congressos, os vossos partidos e têm as vossas baterias de juristas onde podem solucionar alguns problemas. Porque, como disse no documento, eu não acredito no pretexto de que não é possível ir buscar às sedes fiscais das empresas a parte que é nossa, porquê? Há alguma coisa em concreto sobre isso?”*

Usa da palavra o **Presidente da Mesa** para dizer “*Senhor deputado Armando Carvalho queria dizer neste contexto, para além daquilo que foi dito já, que esta Assembleia se orgulha de ser um órgão plural de debate, de liberdade, mas também de respeito e educação. Assim foi, assim é, e assim será. Nunca será um espaço de castração para a manifestação de qualquer ponto de vista. Agora, as manifestações relativamente às intervenções de cada um, são manifestações. O senhor provavelmente provoca um determinado tipo de reacções, mas o senhor também reage ao seu nível emocional com as intervenções dos outros. Todos nós reagimos.*

*Querida, no entanto, dizer, acerca da derrama - tenho a certeza que traduzo a opinião de toda a gente - que não pagam todos, quando todos deviam pagar, (porque todos nós sabemos). O senhor Armando Carvalho referiu-se agora aqui ao Presidente da Câmara, num plural indefinido, dizendo que - vocês têm os vossos congressos, os vossos partidos, mas vocês também têm e falam nisso. Agora há uma coisa que ninguém pode fazer, o Presidente da Câmara e os vereadores não se podem assumir como funcionários da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, e ir cobrar impostos. Agora uma coisa é certa, o seu partido e todos os partidos nacionais, não decidem uma coisa que é necessário e a urgência já está mais que manifesta - de melhorar a eficácia da máquina fiscal. E com essa melhoria hão-de cair na alçada da cobrança do IRC empresas que hoje não estão, e então a derrama incidirá sobre elas. Por outro lado, achei muita piada, respeitando as prioridades que o senhor estabeleceu na sua opinião, relativamente à beneficiação da EN13, dizendo que deveria começar por ali, eu até concordo consigo, é a entrada de Valença, mas disse que a autarquia tem agora necessidade de financiar! Mas é que as outras duas fases também foram provavelmente financiadas pela derrama.”*

Procedeu-se à votação que, num universo de 33 votantes (ausência dos membros Manuel Lopes, Rui Marrucho e Vitor Rodrigues), registou 1 voto contra (Armando Carvalho) e os restantes votos favoráveis. **Aprovado por maioria.**

#### **4º Ponto**

##### **Contracção dum Empréstimo de 798.500,00€.**

**CONTRACÇÃO DUM EMPRÉSTIMO DE € 798.500,00:-** Foi presente o procedimento para a contracção dum empréstimo de € 798.500,00 (setecentos e noventa e oito mil e quinhentos euros) do qual consta a informação do Chefe da Divisão Financeira que seguidamente se transcreve: -----

#### **INFORMAÇÃO**

Através do ofício-circular nº 15/2006, de 22 de Março último, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, foi esta Câmara Municipal informada de que, no âmbito do acesso a novos empréstimos de médio e longo prazos pelos municípios com capacidade de endividamento disponível, apurada nos termos do nº 1 do artº 33º da Lei nº da Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2006), cabe a este Município o plafond de € 798.591, tendo o Exmº Presidente informado aquela Direcção-Geral que este Município pretende utilizar aquele plafond (€ 798.500) e consultou, através dos ofícios nºs. 2091 a 2097 e 2108, todos datados de 3 de Maio findo, as instituições de crédito com agência nesta vila para a contracção dum empréstimo daquele montante, tomando-se em consideração:

**PRAZO** – 20 anos;

**PERÍODO DE UTILIZAÇÃO** – 3 a 5 anos de deferimento/carência, incluindo o período de utilização;

**AMORTIZAÇÃO** – Trimestral;

**TAXA DE JURO** – Indexada à Euribor a três meses (na base dos 360 dias).

Das instituições de crédito consultadas, responderam as que a seguir se discriminam, que apresentam os spreads que respectivamente lhes vão indicados:

INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO	Spread
Banco Espírito Santo, S.A.	0,09%
Crédito Agrícola - Caixa do Alto Minho	1,75%
Banco BPI, S.A.	0,1%
Banco Comercial Português, S.A.	0,15%
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.	0,085%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	0,0845%

Tomando-se em consideração os spread's apresentados, a melhor proposta é a da Caixa Geral de Depósitos, S.A..

- Para o empréstimo de € 300.300,00 a do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.;

- Para o empréstimo de € 26.700,00 a do Banco BPI, S.A.

O nº 7 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, obriga a que os pedidos de empréstimo a formular pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal sejam obrigatoriamente acompanhados das condições oferecidas por, pelo menos, três instituições de crédito e do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento.

Nesta última matéria, os encargos anuais com amortizações e juros de empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os das empresas municipais no montante correspondente à participação municipal, não podem exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo (12,5%) dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que cabe ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior (cfr nº 1 do artº 33º da Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2006).

Assim, considerando que 10% das despesas para investimentos realizadas em 2005 se cifra em € 578.573,71 e que um oitavo dos indicados Fundos totaliza a importância de € 672.073,00, os encargos, no corrente ano, com amortizações e juros não pode exceder a dita quantia de **€ 672.073,00**.

Apresenta-se, em anexo, o quadro da totalidade encargos com amortizações e juros de todos os empréstimos contraídos por este Município, sendo que só relevam para a capacidade de endividamento os assinalados pela letra “N” na coluna “Finalidade do Empréstimo”.

Assim, sendo de € 309.174,04 o montante dos encargos do Município com amortizações e juros relevante para apuramento da capacidade de endividamento, este Município, no ano em curso, pode contrair empréstimos cujos encargos ascendam a € 362.899,00.

À consideração do Exmº Presidente. Valença, 12 de Junho de 2006. O Chefe da Divisão Financeira, (a) Nuno Felgueiras. A Câmara Municipal, depois de apreciar este assunto, deliberou, por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do número 6 do artigo 64º, conjugada com a alínea d) do número 2 do artigo 53º, ambos do Decreto-Lei número 169/99, de 18 de Setembro, para a contracção dum empréstimo de € 798.500,00 junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., destinado aos seguintes investimentos: € 400.000,00 à Requalificação do Centro Histórico de Valença; € 250.000,00 à conservação e melhoramento de edifícios escolares (Escola de Passos, em Cerdal, Escola de Arão e Escola de Friestas); € 148.500,00 ao edifício pré-escolar de Valença.

**Intervém o Presidente da Câmara** para informar que, apesar de tardiamente, foram detectados erros na redacção da informação.

Segue-se **Inês Ferreira** que aponta, para além das indicadas pelo Presidente da Câmara, mais algumas incorrecções e gralhas na documentação.

O **Presidente Câmara** propõe que, dada a situação, se retire este ponto da ordem de trabalhos.

Usa da palavra o **Presidente da Mesa** que declara: “*O senhor presidente da Câmara, face às gralhas e incorrecções do texto vertidas na documentação em análise, que de facto não correspondem ao que aconteceu na reunião do Executivo, solicita, e é-lhe consentido, que se retire este ponto da discussão e, conseqüentemente, da ordem de trabalhos.*”

De seguida, a **1ª Secretária** procedeu à leitura da **Acta em Minuta**, que, submetida à votação, num universo de 34 votantes, foi **aprovada por unanimidade**.

O **Presidente da Mesa** verificou não haver intervenientes para o Período de Intervenção do Público e, quando eram 13h05m, agradeceu a todos os presentes e deu por encerrados os trabalhos.

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Jorge Gama**, e pela 2ª Secretária, **Maria Margarida Lobo Soares Romeu Rodrigues**.

O Presidente da Mesa,

---

A 2ª Secretária,

---